



Julgamento de Dilma Rousseff pelo Plenário começa no dia 25

Macros Oliveira/Agência Senado



O advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, entrega à Secretaria-Geral da Mesa do Senado o contraditório ao libelo

Anúncio foi feito na sexta por Lewandowski, depois que o advogado José Eduardo Cardozo apresentou o nome das seis testemunhas de defesa da presidente

O início do julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff será no dia 25, anunciou o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que conduz no Senado o processo de impeachment. O advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, apresentou na sexta-feira o nome das seis testemunhas que vão depor a favor de Dilma e o documento de contrariedade ao libelo de acusação, com as argumentações finais. Cardozo optou por uma manifestação de 673 páginas, na

qual mantém a tese de que os decretos de abertura de crédito suplementar assinados por Dilma não geraram aumento de gastos, apenas remanejamento de verba, e foram assinados com anuência de todo o corpo técnico do governo. Sobre as pedaladas fiscais para o Plano Safra, o advogado afirma que não foram empréstimos tomados pelo governo no Banco do Brasil, mas simples atrasos de pagamento, o que não configura crime. O texto também critica o relatório do senador Antonio Anastasia. **3**

Senado transparente

Portal facilitará acesso a dados sobre violência contra mulher

O Senado lança, na quarta-feira, o portal do Observatório sobre Violência contra a Mulher. O site vai sistematizar informações sobre o tema e funcionar como um banco de dados oficiais. A iniciativa faz parte das comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha.

Para a senadora Simone Tebet, idealizadora do observatório, faltam informações para combater a violência contra a mulher, e o portal vai cobrir essa lacuna. Os dados vão embasar também o trabalho da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. **2**



Ronaldo Silva/Governo do Bahia

Dados como os de vítimas de violência doméstica serão reunidos em site

Privatização da energia preocupa sindicatos **3**

Funcionários de cartório eleitoral querem isonomia **3**



Renan Amiz/Cabinete da senadora Ana Amélia

Ana Amélia preside debate com o deputado Adilton Sachetti, Cidinho, Elmano, o ministro Blairo, Wellington e Medeiros

Debatedores de MT pedem seguro rural mais simples

Os participantes de audiência da Comissão de Agricultura em Rondonópolis (MT), sexta-feira, sugeriram mudanças na política de seguro rural. Entre os pedidos, apólices de

seguro mais simples e adequadas à realidade de cada região. O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou que uma comissão especial deve apresentar alternativas em 90 dias. **4**

Juristas entregam em setembro anteprojeto da desburocratização

Está na fase final o trabalho da comissão especial de juristas que elabora um anteprojeto de lei para simplificar o acesso da população aos serviços públicos. O Senado deve receber no

mês que vem o texto proposto pela comissão. Dar crédito à palavra do cidadão é um dos pontos-chave para reduzir a burocracia na administração pública, dizem os juristas. **4**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em reunião na sexta, Campbell (C) e juristas debateram dispensa de certidões

DRU e aumento salarial estão na pauta da semana

A proposta que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios pode ser votada na quarta-feira, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Amanhã, o Plenário pode decidir sobre a regulamentação das audiências de custódia. Projetos que concedem aumento salarial para procurador-geral e defensor-geral também aguardam decisão dos senadores em Plenário. **4**

Ferramenta, que será lançada pelo Senado na quarta, servirá como banco de dados com informações oficiais sobre o tema. Iniciativa faz parte das comemorações dos dez anos da Lei Maria da Penha

Portal reunirá dados sobre violência contra a mulher



O SENADO LANÇARÁ na quarta-feira o portal do Observatório da Mulher contra a Violência. A ferramenta vai reunir e sistematizar dados oficiais sobre a violência contra a mulher, funcionando como um banco de dados sobre o tema. A ação faz parte das celebrações dos dez anos da Lei Maria da Penha. O lançamento será durante sessão solene no Congresso para lembrar a data.

O observatório nasceu com a Resolução 7/2016, de Simone Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Segundo a senadora, apesar dos avanços da lei, ainda faltam bancos de dados oficiais que ajudem a entender a origem e a razão dos altos

índices de violência.

— Para sermos eficientes, precisamos de informação. Quem é a mulher mais atingida? A mais jovem? A com menos condições financeiras demora mais a romper esse ciclo? Todas essas informações são preciosas para que a gente possa combater esse tipo de violência — disse a senadora.

Pesquisas

Simone ressalta que a ideia é que o observatório promova estudos e coordene projetos de pesquisa sobre políticas de prevenção à violência e atendimento às vítimas. Para alimentar o portal, será necessário o apoio das secretarias estaduais de Saúde, Assistência Social e Segurança.

Esses órgãos vão colocar as informações no sistema, de forma on-line, uma vez por mês, explicou a senadora.

O observatório conta com a estrutura do DataSenado, órgão da Secretaria da Transparência do Senado que faz pesquisas de opinião para subsidiar a atividade legislativa. Nesse sentido, a Resolução 6/2016, também de Simone Tebet, atribui ao instituto a função de auxiliar nas pesquisas sobre o tema.

A diretora da Secretaria da Transparência, Elga Lopes, ressaltou a contribuição da pesquisa de opinião do DataSenado sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. Já são seis edições da pesquisa, feita a cada dois anos. Desde 2005, foram entrevistadas 6.141 mulheres.

— A série histórica do DataSenado sobre violência contra a mulher está nos dando a oportunidade de contribuir para a construção do observatório e para o combate da violência contra a mulher — disse a diretora.

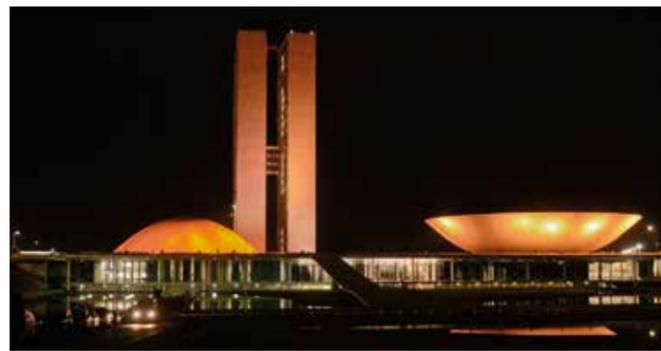
Coordenadora do observatório, a consultora legislativa Roberta Viegas explica que os dados coletados vão subsidiar o trabalho da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

— Nós queremos nos inserir no debate com a constatação de que os dados de violência contra a mulher são esparsos. Será uma espécie de acompanhamento da insuficiência desses dados — afirmou.

Para Roberta, o Brasil adotou, nos últimos anos, uma postura mais punitiva, mas a prevenção é fundamental.

— Os dados servem para nortear políticas públicas. Você não sabe quem é a vítima e quem é o agressor se não há dados a respeito dessa mulher que apanha e desse homem que bate — destacou.

O observatório atende às recomendações da CPI mista que investigou a violência contra a mulher no Brasil.



Ana Volpe/Agência Senado

O Congresso Nacional está iluminado com a cor laranja em comemoração aos dez anos da Lei Maria da Penha. A autora do pedido, senadora Regina Sousa (PT-PI), explica que a intenção é homenagear a lei que garante a proteção das mulheres contra a violência doméstica.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Direito à saúde

9h Audiência interativa para discutir o direito humano à saúde.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CCT Acesso ao conhecimento

8h45 Audiência interativa sobre a importância da conectividade para o acesso ao conhecimento.

CMA Peles de animais

9h30 Na pauta de 17 itens, o PLC 138/2015, que veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Certificado

9h45 Audiência sobre a criação de certificado que englobe as empresas de serviços auxiliares de transporte aéreo.

CAE Regime fiscal

10h Audiência pública sobre a PEC 241/2016, que institui o novo regime fiscal.

CJ Dnit e ANTT

10h Leitura de relatório e sabatina de indicados para cargos no Dnit e na ANTT.

TRANSPARÊNCIA Participação social

11h Audiência sobre os instrumentos de participação social sob o enfoque da sociedade civil.

CE Portador de deficiência na escola

11h45 A comissão pode votar o PLS 208/2016, que amplia o acesso de deficientes ao sistema escolar, e mais 16 itens.

MP 729/2016 Educação infantil

14h30 A comissão mista da MP 729, que cria novas regras de repasses a municípios para ampliação da educação infantil, faz audiência.

MP 731/2016 Extinção de cargos

14h30 A comissão mista responsável pela MP que dispõe sobre a extinção de cargos e criação de funções comissionadas do Poder Executivo se reúne para apreciar o relatório.

MP 733/2016 Dívidas rurais

14h30 A comissão mista da MP que autoriza renegociação de dívidas de produtores rurais aprecia relatório.

MP 735/2016 Verba para a Eletrobras

14h30 Audiência interativa para debater a MP que repassa até R\$ 3,5 bi à Eletrobras até 2017. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o diretor-geral da Aneel, Romeu Donizete Rufino, estão convidados.

CJ Gás natural

8h30 Audiência interativa sobre o novo modelo do mercado brasileiro de gás natural e a venda de ativos da Petrobras. Representantes do Ministério de Minas e Energia, da Fiesp e da Petrobras estão entre os convidados.

CAS Fibromialgia

9h Audiência sobre a fibromialgia e a classificação dela como doença crônica.

CDR Mobilidade urbana

9h A comissão analisa o PLC 22/2016, que estende o prazo de apresentação dos planos de mobilidade urbana, e mais 5 itens.

CCJ Imposto sobre heranças

10h Na pauta de 41 itens da comissão, o PLS 472/2012, que reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por estados e municípios, e a PEC 96/2015, que trata do imposto sobre grandes heranças e doações.

CRE Colômbia, China e Itália

10h Sabatina de embaixadores para a Colômbia; a China, cumulativamente com a Mongólia; e a Itália, cumulativamente com San Marino.

CRE Indicado para a Abin

10h Sabatina de Janér Tesch Hosken Alvaranga, indicado para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Lei Maria da Penha



Objetivo Proteger mulheres vítimas de violência doméstica. A lei cobre diferentes tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, estabelece medidas que podem ser tomadas para afastar o agressor da vítima.



O que configura a violência contra a mulher? De acordo com a legislação, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.



Como coibir As políticas públicas que visam coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher acontecem por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de ações não governamentais.



Amparo jurídico Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado. Por isso, é garantido à vítima o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de assistência judiciária gratuita.



Punições para o agressor O juiz pode decretar a prisão preventiva para o agressor. Além disso, ele pode ser afastado do lar ou do local de convivência com a vítima, como também ser impedido de manter qualquer tipo de contato com ela. A pena varia de três meses a três anos de prisão.



Onde denunciar A vítima deve procurar a Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) ou ligar na Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, pelo número 180, que é um serviço gratuito e confidencial (preserva o anonimato), oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.



Pelo país Em todo o país, existem 497 delegacias especializadas e 235 centros especializados em atendimento à mulher em situação de violência. Até 2015, haviam sido implantadas apenas 91 varas de Justiça especializada em causas de violência doméstica.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Início do julgamento de Dilma será no dia 25

José Eduardo Cardozo, advogado da presidente afastada, apresentou ao Senado o documento final de defesa e a lista de testemunhas que falarão a favor da petista

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, responsável por conduzir no Senado o processo de impeachment, marcou o início do julgamento da presidente afastada Dilma Rousseff: será no dia 25, às 9h.

O advogado José Eduardo Cardozo apresentou ao Senado na sexta-feira o nome das seis testemunhas que vão depor a favor da presidente. A lista está no documento com as argumentações finais da defesa, que foi entregue à Secretaria-Geral da Mesa. Cardozo foi informado da data do início do julgamento ao entregar os papéis.

Tecnicamente chamado de contrariedade ao libelo de acusação, o texto tem 673 páginas e foi entregue às 13h37, apenas três minutos antes do fim do prazo regulamentar.

O advogado explicou que geralmente a contrariedade ao libelo é enxuta, mas a defesa optou por uma manifestação extensa, sintetizando todas as discussões feitas desde o início do processo e criticando o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

— Esta é a nossa última oportunidade de nos manifestarmos por escrito nos autos. Um caso que não é usual exige medidas



O advogado José Eduardo Cardozo (D) entrega à Secretaria-Geral da Mesa 673 páginas contendo a defesa de Dilma

que não são usuais — explicou o advogado, que não confirmou se Dilma irá ou não à sessão de julgamento nem se arriscou a prever quantos dias vai durar.

Ex-ministro

As testemunhas da presidente são o ex-ministro do Planejamento Nelson Barbosa, a ex-secretária de Orçamento

Federal Esther Dweck, o ex-secretário de Planejamento Estratégico do Ministério do Planejamento Gilson Alceu Bittencourt, o ex-secretário-executivo do Ministério da Educação Luiz Cláudio Costa, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Geraldo Prado e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

— Escolhemos as testemunhas que estiveram mais presentes em relação aos fatos e também aquelas que não puderam se pronunciar na primeira fase do processo porque a comissão não permitiu — disse Cardozo.

A defesa da presidente mantém a tese de que os decretos de abertura de crédito suplemen-

tar assinados por Dilma não implicaram aumento de gastos, mas apenas remanejamento de verba. Além disso, foram assinados com anuência de todo o corpo técnico do governo, que não enxergou nenhuma irregularidade.

“Provas esquecidas”

Sobre as pedaladas fiscais, o advogado afirma que não foram empréstimos tomados pelo governo no Banco do Brasil, mas simples atrasos de pagamento, o que não configura crime.

— Fizemos uma análise minuciosa das duas acusações, começando pelos decretos, mostrando que a acusação foi mero pretexto para o impeachment. Demonstramos também as falhas gritantes no relatório de Anastasia. Provas foram trocadas e esquecidas, tabelas erradas foram juntadas, tudo na perspectiva condenatória. Fica claro que foi um relatório de condenação, e não de julgamento — afirmou.

A decisão de mandar Dilma a julgamento foi tomada na quarta-feira, em votação no Senado na qual 59 senadores foram favoráveis à continuação do processo. No mesmo dia, a acusação apresentou o libelo, contendo o pedido de punição.

Privatização de distribuidoras de energia mobiliza sindicalistas

Representantes e dirigentes sindicais de distribuidoras de energia elétrica, acompanhados do deputado Paulão (PT-AL) e do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pediram na quarta-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que ajude a breçar a decisão do governo de privatizar essas empresas. O deputado avalia o processo como “açodado”.

— Isso dá uma insegurança jurídica e uma insegurança social. Qual a saída que você terá para os servidores? No caso de Alagoas, são em

torno de 1,2 mil. Fica sem perspectiva — disse Paulão, ao questionar também se haveria interesse do capital privado de entrar em regiões com “maiores problemas sociais” sem o suporte de uma empresa pública.

O caminho para a privatização do setor ganhou força no dia 22 de julho, quando os acionistas da Eletrobras decidiram, em assembleia geral, não renovar as concessões de seis empresas do Norte e Nordeste: Amazonas Energia, no Amazonas; Eletroacre, no Acre; Ceron, em Rondônia;

Cepisa, no Piauí; Ceal, em Alagoas; e Boa Vista Energia, em Roraima.

Outro fator que pode acelerar o processo, disse o grupo, é a Medida Provisória (MP) 735/2016, que está em votação no Congresso. A MP altera diversas leis do setor elétrico e desburocratiza os leilões de desestatização. A medida atinge os processos de venda de todas as distribuidoras da Eletrobras, entre elas a Celg, de Goiás, cujo leilão está marcado para sexta-feira.

O presidente do Senado propôs o aprofundamento do

debate e pediu que Paulão e Randolfe sejam interlocutores do grupo no Congresso.

O senador Hélio José (PMDB-DF), presidente da comissão mista que analisa a MP 735/2016, participou da reunião e adiantou que fará audiências públicas com o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, com o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Donizete Rufino, e com representantes das entidades de classe.

(Com a assessoria da Presidência do Senado)

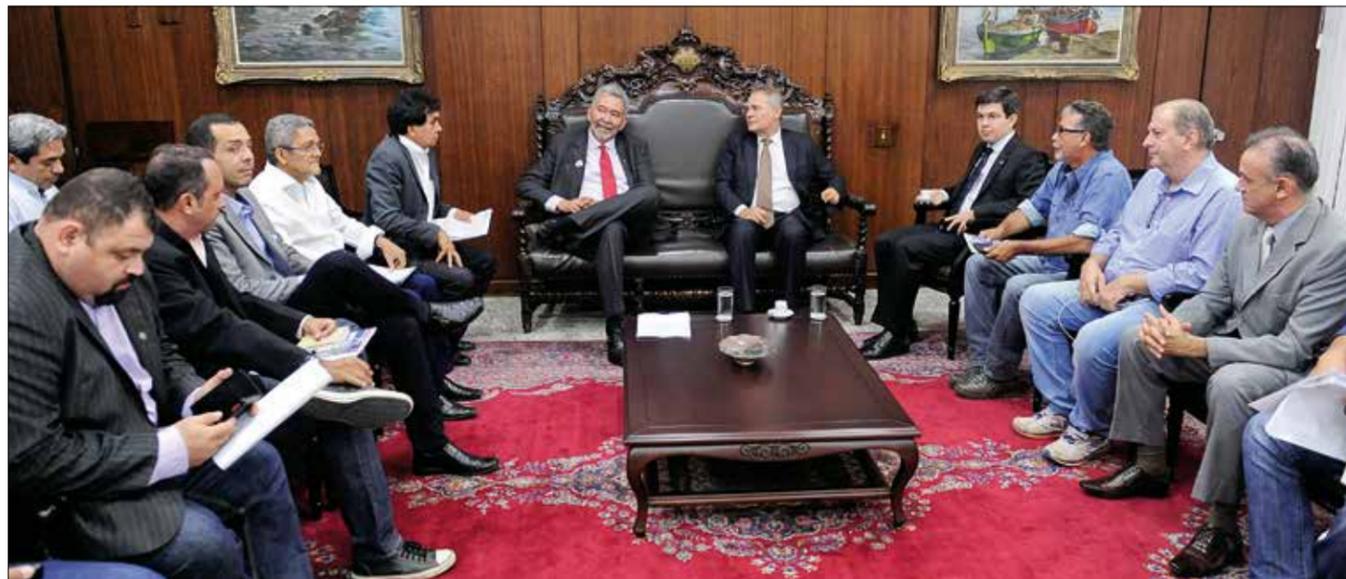
Chefes de cartórios eleitorais pedem isonomia salarial

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quarta-feira a diretoria da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e representantes de cartórios eleitorais de todo o Brasil. Eles vieram pedir a votação, em sessão do Congresso, do projeto sobre remanejamento de orçamento próprio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O PLN 3/2016 autoriza o remanejamento para a implementação da Lei 13.150/2015, que assegura a equiparação salarial dos chefes de cartórios eleitorais no país. Adilson Santos, da Fenajufe, argumentou que o projeto de lei do Congresso não onera o Orçamento da União, pois apenas formaliza o uso de recursos do próprio TSE previstos em lei existente desde 2015.

Renan informou que vai conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para que o projeto seja colocado em votação na próxima sessão do Congresso.

(Com a assessoria da Presidência do Senado)



Renan (ao centro, à direita), entre o deputado Paulão e o senador Randolfe, recebe dirigentes sindicais de empresas do setor de distribuição de energia elétrica

DRU e reajustes estão na pauta do Plenário

Proposta estende até 2023 a Desvinculação de Receitas da União e cria mecanismo semelhante para estados e municípios. Aumento para procurador-geral também está na pauta

A PRORROGAÇÃO DA Desvinculação de Receitas da União (DRU) está na pauta do Plenário desta semana. O texto deve ser votado na quarta-feira, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Amanhã pode ser votada a proposta que trata de audiências de custódia.

O projeto que concede aumento salarial para o procurador-geral da República ainda está sendo analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas pode chegar ao Plenário ainda nesta semana.

Além de prorrogar a DRU, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 31/2016 cria mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios. A desvinculação de receitas permite a governos realocar livremente 30% das receitas obtidas com taxas,

contribuições sociais e a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que hoje destinam-se, por determinação legal, a órgãos, fundos e despesas específicos.

O principal objetivo da DRU é liberar recursos que estariam comprometidos com despesas específicas para ajudar o governo a cumprir a meta fiscal. Para este ano, por exemplo, foi previsto deficit de R\$ 170,5 bilhões.

A PEC já passou por quatro das cinco sessões de discussão e pode ser votada na quarta-feira em primeiro turno. Em cada turno, a proposta precisa do apoio de 49 senadores.

Custódia

Já o projeto que regulamenta as audiências de custódia (PLS 554/2011) precisa ser votado em turno suplementar, o que pode acontecer amanhã.

O texto é considerado por defensores dos direitos humanos uma forma de evitar prisões ilegais, feitas de maneira arbitrária ou desnecessária, e de dar aos presos a chance de ter sua prisão revista pelo juiz.

Ao alterar o Código de Processo Penal, o projeto estabelece que o preso terá direito a realizar exame de corpo de delito e a depor na presença do advogado ou de membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública. Se a audiência não acontecer, o fato deverá ser comunicado ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A audiência serve para que o juiz verifique se os direitos fundamentais do preso estão sendo respeitados. Essa etapa não poderá ser usada como prova contra o depoente e deve tratar apenas da legalidade e

da necessidade da prisão, da prevenção da ocorrência de tortura ou maus-tratos e do esclarecimento dos direitos assegurados ao preso.

Aumento de salário

Também pode entrar na pauta o projeto de lei da Câmara (PLC 28/2016) que aumenta em 16,3% o salário do procurador-geral da República. O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O salário passará de R\$ 33.763,00 para R\$ 36.813,88 em 2016 e para R\$ 39.293,38 em janeiro de 2017.

Na justificativa do procurador-geral, Rodrigo Janot, a proposta compensa as perdas sofridas em razão da inflação entre 2009 e 2015. O impacto estimado pelo Ministério Público da União (MPU) é de R\$ 258,6 milhões, mas poderá ser menor, uma vez que o aumento, se aprovado, terá

validade a partir de junho. O valor se dá em razão do efeito cascata, já que o aumento do salário do procurador-geral influencia o salário dos outros procuradores.

Defensoria pública

Outro texto relacionado a reajuste é o PLC 32/2016, que aumenta os salários da Defensoria Pública da União. O projeto estabelece que o defensor público-geral federal receberá um aumento de 8,6%, passando dos atuais R\$ 31.090,85 para R\$ 33.763,00. Esse valor será efetivo apenas em 2018, com quatro reajustes escalonados. Os defensores públicos receberão aumentos igualmente escalonados. Conforme anexo ao projeto, os subsídios dos membros dessas carreiras oscilarão, em 1º de janeiro de 2018, entre R\$ 28.947,55 e R\$ 32.074,85.



Ana Amélia (C) preside, em Mato Grosso, audiência da Comissão de Agricultura e defende garantia de renda para produtores

Debatedores pedem simplificação do seguro rural

Uma política de seguro rural mais simples e cuja subvenção vá direto para as mãos do produtor foi uma das reivindicações apresentadas por participantes da audiência pública promovida na sexta-feira pela Comissão de Agricultura (CRA) em Rondonópolis (MT).

O quinto seminário do ciclo de palestras e debates sobre seguro rural promovido pela CRA foi conduzido pela presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS).

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou que a vida do produtor rural é de muita expectativa, pois as variações climáticas podem comprometer toda uma produção. Blairo, que é senador licenciado, informou que foi criada no ministério uma comissão especial que deve apresentar em 90 dias alternativas de alterações no seguro rural, para que esse instrumento seja “mais forte”, mais efetivo e menos burocrático.

O consultor legislativo do Senado Marcus Peixoto disse que a CRA também está trabalhando para apresentar sugestões concretas para um novo modelo de seguro rural.

Gerente de Política Agrícola e Logística da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso, Frederico Azevedo pediu apólices de seguro adequadas à realidade de cada estado e região e contratos de seguro menos burocráticos. Também reivindicou melhor distribuição da subvenção do seguro rural no país e sugeriu que essa subvenção vá para o produtor rural e sem passar antes pelas seguradoras, como ocorre atualmente.

— Assim, o produtor poderá negociar melhores preços com as seguradoras — acrescentou.

O diretor de Crédito, Recursos e Riscos do Ministério da Agricultura, Vitor Ozaki, declarou que o governo passará a promover a subvenção do seguro rural direto ao produtor, como reivindicado por Azevedo.

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que, nos Estados Unidos, 90% das plantações e criações de animais são seguradas, enquanto no Brasil apenas 14% das plantações estão protegidas. Segundo o senador, no Brasil, os produtores estão sempre à mercê de acidentes climáticos, pragas e

variação cambial. Ele destacou que o seguro é fundamental para os pequenos agricultores, muito mais suscetíveis às questões climáticas.

Infraestrutura

José Medeiros (PSD-MT) apontou para o deficit na infraestrutura de transporte no Brasil, o que encarece o preço final do produto. Já Cidinho Santos (PR-MT) tratou de problemas de infraestrutura por que passam assentamentos do estado.

Gestor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso Carlos Augusto Zanata disse que o seguro rural precisa ser repensado e reestruturado para garantir a renda do produtor e não apenas o pagamento de suas dívidas. Essa também foi uma das mudanças necessárias apontadas por Ana Amélia.

O governador do Mato Grosso, Pedro Taques, e Blairo assinaram acordo para o ministério viabilizar a alteração do calendário de vacinação da febre aftosa no estado.

Wellington adiantou que a CRA realizará a próxima audiência sobre o tema na Bahia.

Anteprojeto da desburocratização deve ser entregue em setembro

A comissão especial de juristas que elabora um anteprojeto de lei de desburocratização pode encerrar seus trabalhos no início de setembro. O anteprojeto deve estabelecer regras para simplificar o acesso aos serviços públicos e a empresas que prestem serviços aos cidadãos. A informação é do presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell.

— Neste mês de agosto, a minuta se converte em anteprojeto e, na primeira semana de setembro, no mais tardar, será entregue ao presidente do Senado — estimou.

Em reunião na sexta-feira, a comissão debateu a dispensa de alvarás, certidões, licenças e atestados. Para a professora e jurista Mary Elbe Queiroz, é preciso partir da boa-fé do cidadão. Segundo ela, a constante exigência desses documentos não soluciona o problema das fraudes e sobrecarrega o cidadão inocente:

— O atestado de vida, por exemplo. É um absurdo exigir que um velhinho de 90 anos saia de casa para comprovar

que existe.

Mary Elbe explica que o Estado muitas vezes já tem as informações, mas, em vez de consultar seus órgãos, impõe ao cidadão o ônus de fornecer documentos. No caso de renovação de passaporte, habilitação e identidade, os juristas defendem, salvo em casos específicos, que seja levado somente o documento anterior.

— Não deveria ser necessário levar os mesmos documentos já apresentados. A administração já tem que ter em seu cadastro — defendeu.

O objetivo dos trabalhos é facilitar a vida do cidadão, afirmou Campbell. Segundo ele, a lei deverá trazer sanções para que as regras sejam rigorosamente cumpridas:

— O importante é que nós não saíamos do princípio-mãe do estatuto, que é a palavra do cidadão ter crédito, salvo quando o poder público comprovar o contrário. Tudo virá por consequência disso.

A comissão tem 20 integrantes. O relator é o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli.



Juristas avaliam minuta em reunião da Comissão de Desburocratização, sexta